



# CERILUZ

## Distribuição

**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**

CNPJ: 87.656.989/0001-74 - IE: 065/0021908

Rua Reinoldo Schindler, nº 100 - Bairro das Chácaras - 98.700-000 - Ijuí /RS

**[www.ceriluz.com.br](http://www.ceriluz.com.br) - (55) 3331-9100**

# RELATÓRIO ANUAL 2018

## SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	21
NOTAS EXPLICATIVAS .....	28
BALANÇO SOCIAL .....	48
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	49
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	50

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2018/2022**

Presidente: Iloir de Pauli  
Vice-presidente: Valmir Elton Seifert  
1º vogal: Romeu Ângelo de Jesus  
2º vogal: Valdir Steiernagel  
3º vogal: Luiz Fernando Baroni  
4º Vogal Senio Reinoldo Kirst

**CONSELHO FISCAL EFETIVO (2018/2019)**

Luciano Lorenzoni  
Clóvis Tabora Padilha  
Grasiele de Siqueira Beier

**CONSELHO FISCAL SUPLENTE**

Sandra Marlise Tissot Wender  
Nelson Dallabrida  
Evandro Lanzarim

## **NEGÓCIO**

“Comercializar Energia dentro da sua área de atuação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para realização de suas atividades diárias”.

## **MISSÃO**

“Melhorar a condição de vida do associado, fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável”.

## **VISÃO**

“Da geração à distribuição, para além da energia”.

## **PRINCÍPIOS**

Ação e Transparência

Ética e Senso de Justiça

Inter cooperação e Competência

Cidadania

Solidariedade

União

Zelo

## MENSAGEM DO PRESIDENTE



**Presidente Iloir de Pauli**

O ano de 2018 foi marcante para nós, diretores e colaboradores da Ceriluz, assim como também para os associados, mesmo que talvez, não percebam as mudanças num primeiro momento. Começamos o ano com uma sede nova. Ela não proporcionou apenas melhor infraestrutura e conforto aos colaboradores, mas trouxe benefícios diretos aos associados. Analisando números apresentados pelo setor técnico da cooperativa já identificamos uma redução clara no tempo de atendimento das demandas de nossos associados. Estes números são a comprovação daquilo que esperávamos, afinal a posição da atual sede é estratégica considerando a nossa região de atuação. Em minutos as equipes estão em deslocamento em uma via rápida - BR 285 – para o local da ocorrência, não necessitando enfrentar o trânsito do centro de Ijuí, que pode ser caótico em alguns horários.

Um pouco antes de mudarmos de casa, mudamos de marca. Mas sempre deixamos claro que o nosso compromisso com o associado continuava o mesmo, ou quem sabe, até aumentou. Por isso, mesmo enquanto investíamos na nova sede, nunca descuidamos do fornecimento de energia e nos preparamos para o aumento constante de demanda dos associados. Esse planejamento culminou na ampliação das cargas das duas subestações da Ceriluz. Em 2018, a SE Reinoldo Kommers, em Ijuí, passou de uma potência de 20 MVA para 22,5 MVA, e a SE Aparício Piccinin, passou de 10 MVA para 15 MVA, apenas com a aquisição de um novo transformador. E ainda, ficamos com um transformador de reserva. Foi um investimento que se mostrou

fundamental considerando o ritmo de crescimento de nossos associados, que investem em melhorias em suas propriedades, visando um maior resultado econômico, como por exemplo, na irrigação de suas lavouras.

Mesmo com essa significativa melhoria já feita, não vamos parar de nos preocupar. Pelo contrário. Em um projeto que caminha em paralelo à obra da PCH Sede II, da Ceriluz Geração, estamos nos articulando no sentido de aproveitar a subestação que será construída para dar fluxo à energia gerada pela usina, para também qualificar a distribuição aos nossos associados consumidores. O objetivo é, a partir dela, conectar o sistema de distribuição da Ceriluz à subestação da Eletrosul, em Ijuí, conseguindo uma redução no valor de compra de energia. Será um benefício financeiro, sim, mas também técnico, considerando a excelente infraestrutura que a Eletrosul dispõe no município, superior à RGE, que atualmente é nossa supridora.

Enfim, esse é um projeto grande, que trará importantes reflexos para o abastecimento de energia. Como dito, se dá em parceria com a Ceriluz Geração, o que consolida cada vez mais o GRUPO CERILUZ, que, apesar de constituído por várias Pessoas Jurídicas, se mostra coeso, trabalhando de forma muito próxima. Além desta iniciativa, os associados podem ter certeza que seguiremos, em 2019 e nos próximos que virão, fazendo investimentos menores, não tão visíveis quanto é uma subestação, mas que proporcionarão a melhora na energia que recebem em casa. É isso que precisamos: que o associado veja que sua energia está cada dia melhor. Que ele confie nessa energia!

## 1. CERILUZ DISTRIBUIÇÃO

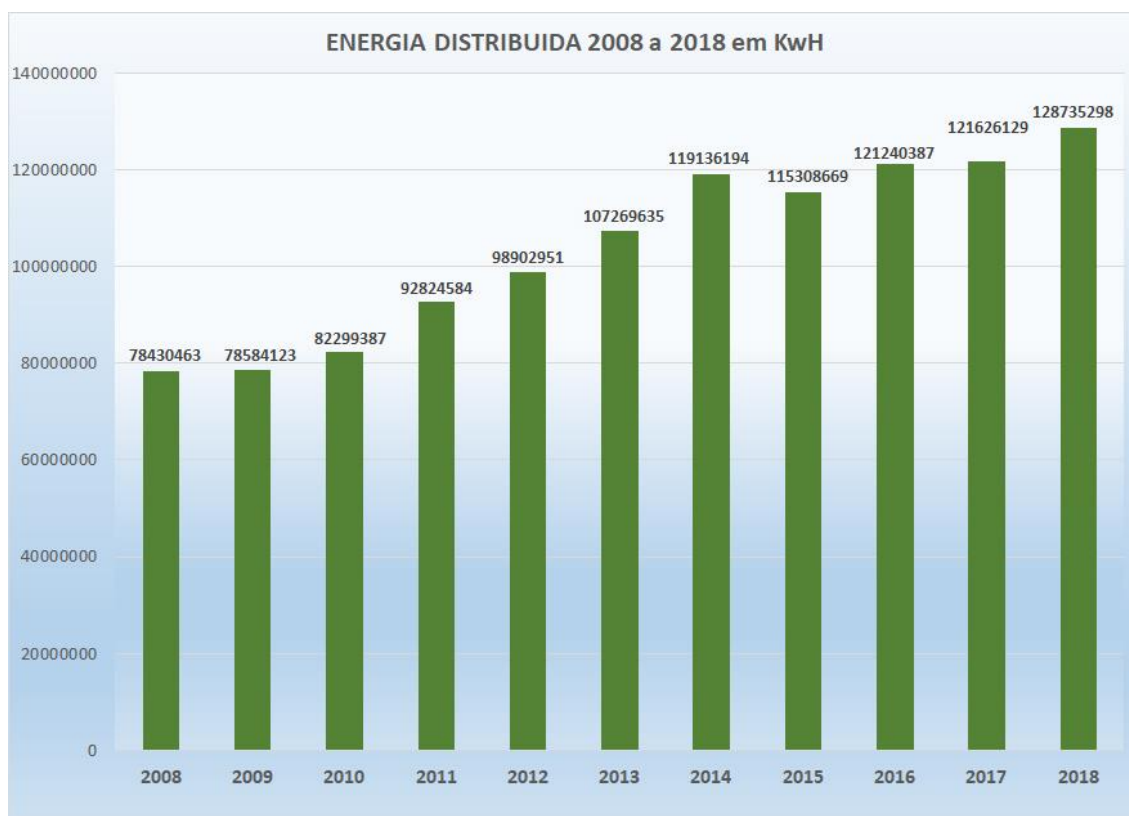
A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ DISTRIBUIÇÃO – é responsável atualmente por atender 15,3 mil associados moradores em 23 municípios da região, das áreas rurais e urbanas, atendendo o agronegócio, indústrias, comércios e órgãos públicos. O número de associados cresce ano após ano com o incremento de novas unidades consumidoras, por associados já antigos, ou novos, que implantam suas casas e empreendimentos na região. No entanto, mais do que o número de cooperados, a demanda por energia se amplia estimulada pelo aumento do consumo individual dos associados que investem em suas propriedades, seja na área produtiva ou no conforto da família. O resultado é a quebra de recordes na distribuição própria de energia elétrica, como aconteceu mais uma vez em 2018, e a necessidade de se investir em melhorias constantes para garantir o equilíbrio entre a demanda e a oferta.

Um dos diferenciais na distribuição de energia são as equipes de trabalho, que prezam pela excelência e são compostas por técnicos especializados e engenheiros qualificados para atuar em momentos de adversidades, especialmente em períodos de dificuldades como a ocorrência de temporais. A Ceriluz possui o Centro de Operação da Distribuição (COD), que funciona como uma central de comando de todo o sistema de distribuição de energia da Cooperativa, que hoje totaliza mais de 4,5 mil quilômetros de redes, compostos por postes de concreto e equipamentos de última geração, como transformadores e religadores automáticos. A cooperativa disponibiliza gratuitamente o telefone 0800 51 3130, durante 24 horas, por meio do qual o consumidor pode ligar para informar alguma queda de energia ou solicitar informações relevantes. Para atender bem seus consumidores e melhorar a comunicação com seus associados a Ceriluz possui ainda quatro escritórios que atendem por 40 horas semanais, além da Agência Virtual, que permite várias solicitações via o site da cooperativa: [www.ceriluz.com.br](http://www.ceriluz.com.br).



## 2. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EM 2018

A Ceriluz apresentou crescimento de 5,85% na distribuição de energia no ano de 2018, quando comparada ao ano anterior. No total a Ceriluz forneceu 128.735.298 quilowatts/hora (kW/h) no ano passado, frente a 121.626.129 kW/h em 2017. Assim como no ano de 2017 o maior consumo por parte dos nossos associados foi registrado no mês de abril, quando a cooperativa forneceu 12.091.833 kWh aos associados. Já o menor consumo foi registrado em junho, com 9.498.303 kWh consumidos pelos associados.



O resultado da energia distribuída no ano de 2018 foi o maior já registrado pela Ceriluz ao longo de sua história. O recorde anterior havia sido o consumo registrado em 2017. Aliás o crescimento vem sendo quase que constante. A única exceção havia sido o ano de 2015, em relação ao ano de 2014. Se compararmos os últimos dez anos, a Cooperativa de Distribuição registrou um crescimento de 64,14%, passando de 78.430.463 kWh em 2008 para 128.735.298 kWh em 2018. Resultado principalmente do aumento da demanda por parte de setores como o Industrial, com novas unidades de beneficiamento de matérias-primas, especialmente ligados ao agronegócio, e o próprio setor Agropecuário, com o aperfeiçoamento de suas atividades, com novas máquinas e equipamentos elétricos, além de, como citado acima, o crescimento no número de áreas cultivadas irrigadas.

Em termos de representatividade, a Classe que mais exigiu energia da Cooperativa foi a Rural, que alcançou um consumo total de 54.887.337 kWh, número que é 6,98% superior ao do ano anterior. Atrás dela está a Classe Industrial, com 45.908.593 kWh, mas que apresentou um crescimento mais discreto, de 0,66%. Em



termos percentuais, o maior crescimento se deu na Classe Comercial, com 15,83%. Contudo sua demanda foi mais discreta, de 14.456.238kWh, frente aos 12.480.394 kWh de 2017.

Dentro da Classe Rural, também chama a atenção o crescimento da demanda de energia por parte dos consumidores Irrigantes Grupo A, que apresentaram aumento de 33,5% da necessidade de energia. Passaram de 5.784.320 kWh para 7.722.731 kWh em 2018, superando, sozinhos, o consumo de classes inteiras, como a Classe de Serviços Públicos e Residencial.

### 3. ATENDIMENTO NA NOVA SEDE CERILUZ



**Nova Sede da Ceriluz, em espaço mais amplo e de fácil acesso a associados.**

Entre os diferenciais registrados no ano de 2018, destaca-se a qualificação no atendimento aos associados, tanto o presencial, quanto o prestado pelas equipes técnicas da Cooperativa nos serviços de emergência. Isso se deu principalmente pela mudança efetiva da sede da Cooperativa, que agora se localiza na Rua Reinoldo Schindler, 100, no Bairro das Chácaras, em Ijuí, ao lado da rodovia federal BR 285, que facilita o acesso por parte dos associados, assim como a saída dos veículos da Cooperativa para prestarem os atendimentos. A sede anterior ficava localizada no centro da cidade de Ijuí, exigindo muito mais tempo de deslocamento, de ambas as partes.

Além disso, o terreno onde está localizada a nova sede tem aproximadamente 30 mil m<sup>2</sup> e oferece mais espaço para armazenagem de materiais e equipamentos e para estacionamento de veículos da empresa e dos associados. Comparativamente, o espaço que a Ceriluz dispunha no centro de Ijuí era de 4 mil m<sup>2</sup>, somadas as áreas da sede administrativa e estacionamento.

A nova sede foi inaugurada no dia 18 de outubro, em evento que integrou a programação da ExpoIjuí/fenadi 2018 e contou com a presença de representantes das cooperativas gaúchas de infraestrutura, prefeitos da região, lideranças regionais, associados e colaboradores. O atendimento total dos colaboradores da Cooperativa, no entanto, já se dá desde o dia 02 de janeiro de 2018. A transferência das equipes dos diferentes setores se deu de forma progressiva, tendo iniciado em julho de 2014 com as equipes técnicas e finalizado no mês de dezembro de 2017 com o setor administrativo.

#### 4. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. - Ceriluz Distribuição realizou sua Assembleia Geral Ordinária no dia 22 de março, quando envolveu seus associados no processo eleitoral e de prestação de contas do ano 2017.



**Presidente Iloir de Pauli, reeleito para mais quatro anos de gestão.**

Um total de 1.966 associados - número que coincide com o ano de fundação da Ceriluz - compareceu para votar, dos quais 1.948 (99,08%) decidiram pela continuidade do trabalho da atual direção. A assembleia, que foi aberta às nove horas da manhã, reelegeu o presidente Iloir de Pauli e o vice Valmir Elton Seifert. Completam a diretoria, no conselho de administração, os vogais Romeu Ângelo de Jesus, Valdir Steiernagel, Luiz Fernando Baroni e Sênio Reinoldo Kirst. O Conselho fiscal efetivo foi composto por Luciano Lorenzoni, Grasielle de Siqueira Beier e Clóvis Taborda Padilha. Na função de conselheiros fiscais suplentes estão Nelson Dallabrida, Evandro Lanzarin e Sandra Marilise Tissot Wender.

Após o processo eleitoral a assembleia prosseguiu com a apresentação do relatório de gestão, incluindo a prestação de contas do ano de 2017 e a destinação das sobras apuradas, entre outros assuntos.

#### 5. TARIFAS DE ENERGIA

Neste ano de 2018 a Ceriluz enfrentou a sua segunda Revisão Tarifária, cujos índices de reajuste foram definidos no dia 24 de julho, durante a 26ª reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As tarifas de energia da Ceriluz sofreram um reajuste médio de 10%, sendo que os associados de Baixa Tensão - que englobam principalmente os consumidores das classes Rural e Residencial - tiveram aumento de 9,35%, enquanto que os de Alta Tensão - Comercial e Industrial - perceberam elevação de 10,55% no valor pago pela energia consumida. Os novos valores entraram em vigor no dia 30 de julho, tendo validade de um ano.

Pela Revisão Tarifária, que ocorre de quatro em quatro anos, conforme contrato de Permissão de Serviço Público assinado em 2010 a agência reguladora avalia todos os fatores que influenciam o equilíbrio financeiro da Cooperativa e, a partir desses dados, define uma nova tarifa. A correção anual dos valores é denominada de Reajuste Tarifário e é simplificada, considerando principalmente fatores de mercado.

O reajuste definido pela Aneel atendeu às expectativas da direção da Ceriluz, que estimava aumento próximo aos 10%, considerando que, pela nova legislação, estão sendo retirados subsídios da Cooperativa na compra de energia da supridora. Nesse ponto as cooperativas foram favorecidas pela Lei 13.360/2016, que regulamenta o setor e define subvenções às cooperativas, considerando as dificuldades que elas enfrentam para atender seus associados. Para compreender, por sua atuação em áreas de difícil acesso, principalmente no meio rural, de menor densidade demográfica, as cooperativas eram beneficiadas com subsídios na compra de energia. A nova legislação retirou esses subsídios, igualando às condições das concessionárias. Considerando que os custos de distribuição no meio rural são maiores, pela distância entre as Unidades Consumidoras, a Lei 13.360/2016, definiu a compensação dessa retirada, por meio de repasses de subvenções pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, diretamente às Cooperativas.

## 6. PRÊMIO IASC 2017

A Ceriluz foi uma das Cooperativas finalistas do Prêmio IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor 2017, cujos resultados foram divulgados em primeiro de fevereiro de 2018. Com Índice de Satisfação de 82,13% a Cooperativa foi a segunda melhor em sua categoria e quarta no ranking de todas as permissionárias brasileiras. Considerando apenas as cooperativas do Rio Grande do Sul ela está na primeira colocação.

A Ceriluz estava entre as finalistas na categoria “Permissionárias acima de 10 mil unidades consumidoras”, na qual conquistou a segunda colocação com o índice de satisfação de 82,13%. A campeã foi a Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda. – Cergal/SC, com índice de 86,76%, enquanto a terceira colocada na categoria foi a Cooperativa de Distribuição de Energia – Creluz-D/RS, com 81,71%. Na categoria “Permissionárias até 10 mil unidades consumidoras” a vencedora foi a Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller – Coopermila/SC, com média de 85,31% de satisfação.

O resultado alcançado pela Ceriluz é apontado como excelente, segundo os padrões de exigência da agência reguladora. A Ceriluz, desde o início da premiação das cooperativas, sempre esteve entre as cinco melhores do Brasil e foi a segunda vez que conquistou a segunda colocação no prêmio, sendo a primeira no ano de 2014.

O índice é aferido por meio de pesquisa de opinião realizada com consumidores de todo o Brasil. A pesquisa foi realizada no período de 19 de agosto a 1º de novembro de 2017. Foram entrevistados 24.926 consumidores residenciais, de forma presencial domiciliar, de 584 municípios atendidos pelas 96 distribuidoras, sendo 58 concessionárias e 38 permissionárias. Na região de atuação da Ceriluz foram ouvidos associados dos municípios de Coronel Barros e Ijuí.



## 7. MELHORIAS NO ABASTECIMENTO

Resultados como o alcançado pela Ceriluz no IASC – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, só são possíveis a partir da realização de investimentos focando na qualidade de energia. Esses investimentos precisam ser constantes, considerando a eficiência no abastecimento de acordo com a realidade de consumo do associado e, claro, é preciso sempre considerar esse abastecimento no futuro, sob o risco de comprometer não apenas o fornecimento pontual, para um consumidor, mas para toda a região. Por isso que a Ceriluz tomou diversas iniciativas ao longo do ano, das quais destacamos algumas a seguir:



### Potência da Subestação Reinholdo Luiz Kommers foi ampliada para 22,5 MVA.

- a) **Ampliação de carga das subestações** – Considerando o aumento de demanda constante por parte dos associados, a Ceriluz ampliou em 2018 a capacidade instalada das suas duas subestações, a SE Ceriluz 01 – Reinholdo Luiz Kommers, e a SE Ceriluz 02 – Aparício Piccinin. Isso ocorreu a partir da troca inicial de um transformador da Subestação Ceriluz 01 – Reinholdo Luiz Kommers, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí, que passou de uma potência de 20 Megavolts-ampere (MVA) para 22,5 MVA. A Subestação Reinholdo Kommers possui dois transformadores e ambos eram de 10MVA, porém, um deles foi substituído por um novo de 12,5 MVA, totalizando investimento de R\$1,2 milhões. Esse investimento na subestação de Ijuí também teve reflexos na Subestação Ceriluz 02 – Aparício Piccinin, localizada na comunidade de São Jacó, em Santo Augusto. Isso porque, o transformador de 10 MVA retirado da subestação de Ijuí foi transferido para substituir outro transformador de 5 MVA da subestação de Santo Augusto, elevando sua capacidade de 10MVA para 15 MVA.



- b) Medição dos níveis de tensão** - Por determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a Ceriluz precisa atender parâmetros de qualidade na distribuição de energia, inclusive enviando relatórios periódicos ao órgão regulador. Entre os quesitos controlados está o nível de tensão no ponto de consumo de energia, o que é obtido com a instalação de Medidores de Níveis de Tensão nas unidades consumidoras. Os Medidores de Níveis de Tensão, de forma simplificada, verificam a qualidade da energia na Unidade Consumidora (UC) registrando, por exemplo, oscilações no fornecimento. Eles são instalados junto ao quadro de medição e permanecem conectados à rede pelo período de sete dias, intervalo em que são feitos no mínimo 1.008 registros válidos, no intervalo de 10 minutos cada. A definição das propriedades a serem visitadas é feita a partir de sorteios realizados pela Aneel, com base em informações prestadas pela Ceriluz.
- c) Padronização das ações** – Também pensando na qualidade da energia a Ceriluz integra o Programa de Padronização da Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do RS - FECOERGS. O objetivo do programa é gerar um modelo único para as atividades do dia a dia das cooperativas, desde a elaboração dos projetos até a operacionalização das redes, considerando critérios técnicos e de segurança. O programa completou 15 anos em 2018 e, considerando o dinamismo do setor elétrico, teve início um trabalho de revisão dos procedimentos já definidos nesse período.

## 8. BENEFÍCIOS AOS ASSOCIADOS

A Ceriluz, nos últimos anos, vem expandindo suas atividades e tornou-se um grupo, com organizações focadas no fornecimento de serviços essenciais para o desenvolvimento da comunidade, como a energia elétrica e a internet, além de oferecer benefícios sociais fundamentais. Por mais que exista a separação jurídica, o trabalho das Cooperativas e empresas que compõe o grupo acontecem de forma conjunta, considerando até mesmo que os associados são os mesmos. Essa parceria se torna mais explícita no repasse dos benefícios sociais aos associados, como identificamos no ano de 2018.

- a) **Bônus Ceriluz** – Esse benefício possibilitou o repasse de um desconto de 20% nas contas de energia dos consumidores da Ceriluz. O repasse, que teve início em março de 2017, se estendeu até março de 2018, conforme definido em Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda, responsável pelo investimento. Nesse período a Ceriluz Geração contabilizou o repasse de R\$ 2,53 milhões para mais de 11,5 mil associados da Ceriluz Distribuição. Em 2018 o total investido pela Cooperativa em seus associados foi de R\$ 738.121,72, valor que representa uma efetiva distribuição dos resultados. O desconto de 20% se deu apenas sobre o consumo de energia, não incidindo sobre tributos, bandeiras tarifárias e outros débitos, uma vez que esses a Ceriluz simplesmente arrecada e repassa para o governo ou às entidades vinculadas. A Ceriluz Geração repassou à Ceriluz Distribuição os valores não arrecadados pela distribuidora ao longo da vigência do Bônus Ceriluz, resultado dos investimentos realizados nos últimos anos em usinas hidrelétricas, que agora retornam aos associados.
- b) **Encontros de Comunidade** - A Ceriluz promoveu no mês de setembro cinco encontros de comunidade, quando foi até seus associados e oportunizou a apresentação artística do músico Beto Pires. Os eventos aconteceram nos dias 12, 13, 25, 26 e 27 de setembro, respectivamente, nos salões comunitários da Linha 07 Leste, em Ijuí; de São Miguel, em Augusto Pestana; no Salão Paroquial Católico de Ajuricaba, no salão comunitário de Três Vendas, em Catuípe, e no salão católico da Vila Chorão, em Ijuí. O artista abordou temas do cotidiano, os relacionando com músicas de diferentes gêneros. Algumas regiões ainda não foram contempladas com a apresentação do músico Beto Pires, mas a Cooperativa irá reeditar os shows em 2019, indo até comunidades ainda não visitadas. Além da apresentação do músico, diretores da Cooperativa apresentam resultados e investimentos realizados nos últimos anos na infraestrutura de geração e distribuição de energia.
- c) **Auxílio Funeral** – Outro benefício social que é de responsabilidade da Ceriluz Geração, mas que beneficia aos associados comuns ao grupo é o auxílio funeral, que tem o objetivo de prestar um apoio financeiro às famílias dos associados no momento do falecimento do titular da Unidade Consumidora. É repassado à família uma parcela de R\$1.000,00, mediante a apresentação da certidão de óbito do proprietário da residência abastecida pela Cooperativa. No ano de 2018 foram registrados 154 falecimentos de associados, contabilizando, portanto, o repasse de 154.000,00 para familiares de associados que faleceram.

d) **Plano de Saúde** – A Ceriluz segue oferecendo a possibilidade dos associados aderirem a um Plano de Saúde acessível, graças a sua parceria com a cooperativa médica UNIMED Noroeste/RS. Atualmente há 4.637 beneficiários pelo plano, entre associados e dependentes, que pagam uma mensalidade de 103,82, valor que já perdura desde maio de 2017, uma vez que em 2018 não houve reajuste. Os benefícios seguem os mesmos: a garantia do mesmo valor da mensalidade para todas as faixas etárias e de atendimento ambulatorial, ou seja, com cobertura para consultas médicas e exames laboratoriais com todas as especialidades credenciadas pela Unimed. O plano apenas não cobre internações hospitalares.

e) **Seguro Residencial** – Outro importante benefício ofertado pela Ceriluz, graças a parcerias com seguradoras e operadoras de seguro, é o Seguro Residencial. Por um preço simbólico de R\$6,99 ao mês, cobrado junto à fatura de energia, o associado pode usufruir de uma importante cobertura para diversos danos em suas residências, incluindo prejuízos por incêndio, raio, explosão ou granizo. Atualmente as coberturas são de R\$ 35.000,00, em caso de incêndio, raio ou explosão e R\$ 2.000,00 para danos com vendaval e granizo.

## 9. SEGURANÇA NO TRABALHO

A Segurança no trabalho é uma das prioridades da Ceriluz, não apenas para atender normas e diretrizes vigentes sobre o setor, mas pelo respeito e a valorização dos colaboradores, que são os responsáveis pela qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa. Com base nisso, uma das principais atividades realizadas visando a integridade física e psicossocial dos funcionários é a SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes, que em 2018 ocorreu entre os dias 10 e 14 de setembro.

Sob o tema “Sempre alerta, a vida é uma só!”, a SIPAT oportunizou no período palestras, atividades lúdicas e físicas para todos os colaboradores da Cooperativa. Na segunda-feira, dia 10, o destaque foi para a palestra com a enfermeira Juliana Jungbeck da Silva (SESI), sobre o tema Prevenção de Doenças Cardiovasculares; no dia 11, terça-feira, ocorreu debate sobre Direção Defensiva, com o policial rodoviário federal Edmilson Schopf; no dia 12, quarta-feira, houve palestra com a psicóloga Débora Viana, que abordou o tema depressão e outros riscos psicossociais; quinta-feira, dia 13, teve a apresentação do teatro socioeducativo “É melhor prevenir do que remediar”, apresentado pela Turma do Dionísio, grupo teatral de Santo Ângelo; e na sexta-feira, 14, houve palestra sobre o uso adequado de motosserras, por Wilson Diefenthaler, técnico em Segurança do Trabalho do Serviço Social da Indústria, seguida de oficinas criativas e jogos coletivos, trabalhando a criatividade e o trabalho em equipe, também coordenados pelo SESI/RS.

A organização da SIPAT é de responsabilidade da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) que é formada integralmente por colaboradores, com apoio do Setor de Segurança no Trabalho.

## 10. INSPIRAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A COMUNIDADE

Crianças e jovens, quando se encontram em processo de formação, necessitam de estímulo e inspiração. A Ceriluz procura proporcionar essa inspiração ao envolver estudantes de escolas da região em atividades que, por um lado, demonstrem a força que tem a cooperação das pessoas - que pela união construíram uma cooperativa sólida - e por outro, mostrem que é possível se alcançar resultados econômicos com respeito aos indivíduos e ao meio ambiente. A seguir descrevemos alguns detalhes das ações realizadas na área ambiental e social com estudantes e a comunidade regional.

- a) **Palestras nas Escolas** - A Cooperativa está à disposição das escolas para a realização de palestras sobre temas referentes ao setor elétrico, como segurança e consumo de energia. Em 2018 essa atividade aconteceu em uma oportunidade, no dia 30 de agosto, quando colaboradores da Ceriluz foram até a comunidade de Itaí, em Ijuí. Aproximadamente 40 alunos do sexto ao oitavo ano da Escola Pedro Maciel, receberam orientações sobre o uso seguro da energia elétrica, apresentadas pelo técnico eletricista e em segurança do trabalho, Fábio Zago Romcy, e pelo jornalista, Vilson Wagner. Entre as informações repassadas, cuidados na manipulação de equipamentos eletroeletrônicos nas residências e também os riscos que apresentam redes de média e alta tensão nas cidades e no meio rural.
- b) **Projeto Energia Amiga** - Ainda nessa linha de ação a Ceriluz foi uma das apoiadoras do Projeto Energia Amiga, desenvolvido ao longo de 2018, coordenado pelo curso de engenharia elétrica da Unijuí e que consistiu em disseminar conhecimento sobre os conceitos da eletricidade, consumo consciente e o uso seguro das instalações elétricas. O projeto se voltou para escolas de ensino fundamental do município de Ijuí, alcançando principalmente estudantes dos terceiros e nonos anos do ensino fundamental. Inicialmente foram realizadas palestras, ministradas pela professora do curso de engenharia elétrica, Caroline Raduns, com o objetivo de aproximar os conceitos teóricos de eletricidade com a vivência diária dos alunos e seus familiares. Após esse trabalho introdutório, os alunos participaram de um concurso de desenho (terceiro ano) e de redação (nono ano). No dia 19 de outubro foi realizada a última etapa do projeto, quando foi feita a entrega dos certificados e troféus para os alunos de escolas que participaram dos concursos e aconteceu o lançamento do livro publicado a partir dos desenhos e redações classificados. O Projeto foi desenvolvido por meio de parceria entre a Unijuí, Ceriluz, o CREA, o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Demei, 36ª CRE, Smed Ijuí e Abracopel.
- c) Outro importante trabalho é desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social que, por meio de seus veículos de comunicação institucionais e pela imprensa regional, publica diversos artigos e depoimentos, reiterando seu compromisso com o direito à informação, por parte do associado, como previsto no quinto princípio do Cooperativismo. Nesse sentido a Ceriluz desenvolve um programa de rádio semanal, veiculado em sete emissoras da região, além do site da Cooperativa [www.ceriluz.com.br](http://www.ceriluz.com.br). Na linha das redes sociais se destaca também o blog <https://ceriluzmeioambiente.wordpress.com>, que aborda especificamente as ações ambientais da Cooperativa. Da mesma forma, publica um informativo impresso, quadrimestral, distribuído entre os associados da Cooperativa. O Informativo Ceriluz Além

da Energia, nas versões impressa e radiofônica, leva informações diversas sobre a Cooperativa, seus serviços e trabalhos sociais, incluindo cuidados com as questões ambientais. Entre os destaques, campanhas para consumo consciente de energia elétrica; segurança no uso de energia, direitos e deveres dos consumidores, eventos e investimentos da Cooperativa focando a melhoria no fornecimento de energia, legislação, enfim, informações diversas sobre o Sistema Elétrico Nacional. Considerando a existência das usinas da Ceriluz Geração, pertencente ao Grupo, também são destaques informações sobre preservação da água, fauna e flora, incluindo alertas sobre a proibição da pesca e da caça nas áreas pertencentes às usinas da Cooperativa de forma especial no Período da Piracema.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Valores expressos em milhares de reais</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>20.509</b>	<b>14.971</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	6.684	873
Consumidores	7	7.239	7.012
Outros Recebíveis	13	3.455	1.999
Tributos Compensáveis	9	599	607
Ativos Financeiros	14	1.747	746
Estoques	10	406	503
Serviço em Curso	8	259	181
Despesas pagas antecipadamente	12	105	38
Títulos e Valores mobiliários	11	15	3.012
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>57.646</b>	<b>54.331</b>
Tributos Compensáveis	9	798	658
Depósitos vinculados a litígios	23	61	5
Indenização Pela Concessão a Receber	15	4.064	2.855
Outros		181	181
Investimento	16	72	68
Imobilizado	17	2.263	2.266
Intangível	17	50.207	48.298
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>78.155</b>	<b>69.302</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**  
Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>11.631</b>	<b>7.016</b>
Fornecedores	18	2.449	1.679
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.685	1.342
Tributos e Contribuições	20	275	302
Empréstimos e Financiamentos	21	800	847
Outros Passivos Circulantes	22	1.970	1.113
Provisão para Litígios	23	3.193	7
Passivos Financeiros	24	161	97
Encargos Setoriais	25	1.098	1.629
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.766</b>	<b>8.131</b>
Empréstimos e Financiamentos	21	9	851
Provisão para Litígios	23	900	1.150
Outros Credores	26	22	29
Obrigações Vinculadas a Concessão		6.835	6.101
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>27</b>	<b>58.758</b>	<b>54.155</b>
Capital Social Integralizado		6.648	6.647
Reservas de Capital		568	568
Reserva de Sobras		43.583	38.173
Reservas de Reavaliação		6.492	7.258
Sobra à Disposição da A.G.O.		1.467	1.509
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>78.155</b>	<b>69.302</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE**

Valores expressos em milhares de reais

<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita Operacional</b>	<b>29</b>	<b>80.092</b>	<b>59.053</b>
Fornecimento de energia elétrica		56.605	47.832
Outras receitas operacionais		16.582	8.716
Receita de construção		6.905	2.505
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>29</b>	<b>(17.517)</b>	<b>(15.483)</b>
Tributos e contribuições sobre a receita		(11.200)	(9.156)
Encargos setoriais		(6.317)	(6.327)
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>62.575</b>	<b>43.570</b>
<b>Custo do Serviço</b>	<b>30</b>	<b>(45.987)</b>	<b>(31.258)</b>
Custo da energia elétrica		(24.115)	(14.484)
Custo de operação		(14.967)	(14.269)
Custo de construção		(6.905)	(2.505)
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>31</b>	<b>(10.747)</b>	<b>(5.766)</b>
Despesas operacionais		(10.747)	(5.766)
<b>Resultado do Serviço (líquido)</b>		<b>5.841</b>	<b>6.546</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>333</b>	<b>108</b>
Receita financeira		539	542
Despesa financeira		(206)	(434)
<b>Resultado Antes dos Tributos Sobre a Sobra/Lucro</b>		<b>6.174</b>	<b>6.654</b>
<b>Tributos sobre o lucro corrente</b>		<b>(63)</b>	<b>(103)</b>
CSLL		(23)	(34)
IR		(40)	(69)
<b>Sobra Líquida do Exercício</b>		<b>6.111</b>	<b>6.551</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA**

Valores expressos em milhares de reais

<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RECURSOS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>7.524</b>	<b>7.816</b>
Resultado com Associados	5.924	6.283
Resultado com Terceiros	187	268
Realização de Reservas Reavaliação	580	610
Reversão da Baixa da Reavaliação	186	-
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	647	655
<b>DESTINAÇÕES</b>		
<b>Destinações de Caráter Fiscal - FATES</b>	<b>187</b>	<b>268</b>
<b>Destinações de Caráter Legal Estatutário</b>	<b>5.870</b>	<b>6.039</b>
Reserva Legal 45% – Artigo 47	3.302	3.397
FATES – 5% – Artigo 47	367	378
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	2.201	2.264
<b>SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>1.467</b>	<b>1.509</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL**

Valores expressos em milhares de reais

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>6.649</b>	<b>568</b>	<b>8.183</b>	<b>32.521</b>	<b>1.077</b>	<b>48.998</b>
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Realização do Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(315)	-	-	(315)
Realização de Reavaliação	-	-	(610)	-	610	-
Realização de FATES	-	-	-	(655)	655	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	6.551	6.551
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.397	(3.397)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	378	(378)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.264	(2.264)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	268	(268)	-
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>6.647</b>	<b>568</b>	<b>7.258</b>	<b>38.173</b>	<b>1.509</b>	<b>54.155</b>
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.509)	(1.509)
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(186)	-	186	-
Realização de Reavaliação	-	-	(580)	-	580	-
Realização de FATES	-	-	-	(647)	647	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	6.111	6.111
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.302	(3.302)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	367	(367)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.201	(2.201)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	187	(187)	-
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>6.648</b>	<b>568</b>	<b>6.492</b>	<b>43.583</b>	<b>1.467</b>	<b>58.758</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

**6 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC  
MÉTODO DIRETO**

Valores expressos em milhares de reais

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
(+) Arrecadação Venda de Energia	63.105	51.619
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	486	307
(+) Serviço Taxado	11	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	14.482	6.616
(+) Outros Recebimentos Operacionais	360	324
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(17.658)	(15.314)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(17.961)	(9.978)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.940)	(10.607)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(1.018)	(877)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(9.253)	(7.617)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(31)	-
(-) Encargos de Transmissão	(4.110)	(2.891)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(6.962)	(5.483)
(-) Outras Despesas Operacionais	(982)	(694)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(1.361)	(647)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>8.168</b>	<b>4.766</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
(+) Alienação de Imobilizado	149	288
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	47	-
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	3.196	2.874
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(12)	(2.793)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(5.215)	(4.221)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	427	582
<b>Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.408)</b>	<b>(3.270)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
(-) Empréstimo Concedido	-	(23)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(949)	(339)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	-	(796)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(949)</b>	<b>(1.158)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado no Período</b>	<b>5.811</b>	<b>338</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	873	535
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.684	873
<b>Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa</b>	<b>5.811</b>	<b>338</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87



**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR AGREGADO - DVA**  
Valores expressos em milhares de reais

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ingressos/Receitas</b>	<b>80.092</b>	<b>59.053</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	57.530	49.336
Receita c/ Construção	6.905	2.505
Outras receitas	15.657	7.212
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>45.130</b>	<b>25.701</b>
Custo c/ Construção	6.905	2.505
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	24.115	14.484
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	14.110	8.712
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>34.962</b>	<b>33.352</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>2.874</b>	<b>2.662</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA</b>	<b>32.088</b>	<b>30.690</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>539</b>	<b>542</b>
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	539	542
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>32.627</b>	<b>31.232</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>7.356</b>	<b>6.640</b>
Remuneração direta	4.471	4.518
Benefícios	2.402	1.966
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	483	156
<b>Impostos,taxas e contribuições</b>	<b>18.954</b>	<b>17.607</b>
Federais	8.834	9.244
Estaduais	10.119	8.362
Municipais	1	1
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>206</b>	<b>434</b>
Juros	206	434
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>6.111</b>	<b>6.551</b>
Lucros retidos	6.111	6.551
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>32.627</b>	<b>31.232</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**ILOIR DE PAULI**  
PRESIDENTE  
CPF 166.969.800-91



**RUBIO FABRICIO MICHAEL**  
CONTADOR  
CRC-RS 079358  
CPF 925.751.290-87

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

### Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

### Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, exceto quando especificado em contrário.

#### **Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis**

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### **Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis**

##### **(a) Moeda Funcional**

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

##### **(b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

##### **(c) Consumidores**

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

#### **(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

#### **(e) Estoques**

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

#### **(f) Não Circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

#### **(g) Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

#### **(h) Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

### **(i) Obrigações Especiais**

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

### **(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

### **(k) Benefícios a Empregados**

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

### **(l) Empréstimos e financiamentos**

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

### **(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo**

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

### **(n) Provisão para Contingências**

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.



Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

#### **(o) Apuração do Resultado**

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

#### **(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES**

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 647 em 2018 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

#### **(q) Regime de Tributação**

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

#### **Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa	2	1
Depósitos Bancários	210	767
Numerário em Trânsito	87	105
Equivalentes de Caixa	6.385	-
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.684</b>	<b>873</b>

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram transferidas da conta Títulos e Valores Imobiliários (Nota 11) para Equivalentes de Caixa.



## Nota 7 – Consumidores

Consumidores - R\$	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2018 LIQUIDO	TOTAL 2017 LIQUIDO
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>4.900</b>	-	<b>586</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>68</b>	<b>(70)</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>(4)</b>	<b>5.557</b>	<b>5.213</b>
- Residencial	208	-	69	1	1	13	(15)	2	1	-	1	-	281	247
- Industrial	1.477	-	39	-	-	11	(11)	13	-	13	-	(1)	1.541	1.474
- Comercial	822	-	72	-	1	5	(5)	10	8	-	1	(1)	913	896
- Rural	2.093	-	399	4	2	35	(35)	10	1	4	4	(2)	2.515	2.252
- Poderes Públicos	22	-	1	-	-	4	(4)	-	-	-	-	-	23	31
- Iluminação Pública	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	19
- Serviço Público	261	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267	294
- Fornecimento Não Faturado	1.350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.350	1.376
- Serviço Taxado	1	-	1	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	2	1
- Participação Financeira	33	176	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265	169
- Outros Creditos	42	-	22	1	-	3	(3)	-	-	-	-	-	65	253
<b>TOTAL</b>	<b>6.326</b>	<b>176</b>	<b>665</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>73</b>	<b>(75)</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>(4)</b>	<b>7.239</b>	<b>7.012</b>

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 79 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

### Nota 8 – Serviços em Curso

	2018	2017
Manutenção de Redes	259	181
<b>Total de Serviço Próprio em Curso</b>	<b>259</b>	<b>181</b>

### Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

#### Ativo Circulante

	2018	2017
ICMS a Recuperar Curto Prazo	575	539
IRRF a Compensar	17	57
IRRF a Recuperar	9	11
Contribuição Social Estimada	(2)	-
<b>Total de Tributos Compensáveis</b>	<b>599</b>	<b>607</b>

#### Ativo Não Circulante

	2018	2017
ICMS a Recuperar Longo Prazo	798	658
<b>Total de Tributos Compensáveis</b>	<b>798</b>	<b>658</b>

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

### Nota 10 – Estoque

	2018	2017
Almoxarifado de Manutenção de Redes	402	490
Resíduos e Sucatas	4	13
<b>Total do Estoque</b>	<b>406</b>	<b>503</b>

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

### Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2018	2017
Banrisul Capitalização	14	9
BB Capitalização	1	1
Banco do Brasil	-	650
Banrisul RDB/CDB	-	468
Sicredi Augusto Pestana	-	1.884
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>15</b>	<b>3.012</b>

### Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2018	2017
Prêmio de Seguro de Veículos	6	8
Publicidade	54	30
IPVA	45	-
<b>Total Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>105</b>	<b>38</b>

### Nota 13 - Outros Recebíveis

	2018	2017
CDE Aneel	1.927	832
Empregados	117	117
Adiantamento a Fornecedores	418	67
Outros Devedores	0	48
Alienação de Bens e Direitos	1	-
Dispêndios a Reembolsar	594	598
Encargo de Uso da Rede Elétrica	8	14
Desativações e Alienações	390	323
<b>Total Outros Recebíveis</b>	<b>3.455</b>	<b>1.999</b>

### Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2018	2017
Componentes Financeiros em Constituição	1.362	467
Componentes Financeiros em Amortização	385	279
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.747</b>	<b>746</b>

### Nota 15 – Indenização pela Concessão a Receber

	2018	2017
<b>Em Serviço</b>		
Máquinas - Redes de Distribuição	2.834	2.013
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	510	252
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	670	572
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	32	-
<b>Total Indeização pela Concessão a Receber</b>	<b>4.064</b>	<b>2.855</b>

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

### Nota 16 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

<b>INVESTIMENTOS</b>	2018	2017
<b>Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas</b>		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	54	52
Participação SICREDI Catuípe	7	6
Participação CRESOL Santo Augusto	5	4
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	0	0
Participação Cresol Augusto Pestana	0	0
<b>Total 1</b>	<b>67</b>	<b>63</b>
<b>Composição em Incentivos Fiscais</b>		
Acções FINOR	2	2
Acções FINAM	3	3
Acções EMBRAER	0	0
<b>Total 2</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>72</b>	<b>68</b>

## Nota 17 – Imobilizado e Intangível

### a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

IMOBILIZADO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2018	2017
<b>Em Serviço:</b>				
Edificações	-	-	-	18
Máquinas e Equipamentos	175	(64)	111	140
Veículos	2.346	(780)	1.566	1.777
Terrenos	40	-	40	40
Móveis e Utensílios	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>2.561</b>	<b>(844)</b>	<b>1.717</b>	<b>1.980</b>
<b>Em Curso:</b>				
Adiantamento a Fornecedores	436	-	436	277
Máquinas e Equipamentos	1	-	1	-
Móveis e Utensílios	109	-	109	-
Veículo	-	-	-	9
A Ratear	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>-</b>	<b>546</b>	<b>286</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>3.107</b>	<b>(844)</b>	<b>2.263</b>	<b>2.266</b>

### b) Intangível em Serviço e em Curso

INTANGÍVEL	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2018	2017
<b>Em Serviço:</b>				
Software	501	(358)	143	204
Máquinas e Equipamentos	66.208	(22.749)	43.459	42.599
Terrenos	0	-	0	0
Edificação	150	(21)	129	-
<b>Total</b>	<b>66.859</b>	<b>(23.128)</b>	<b>43.731</b>	<b>42.803</b>
<b>Em Curso:</b>				
Software	107	-	107	97
Máquinas e Equipamentos	2.739	-	2.739	2.008
Terrenos	-	-	-	-
Edificação	-	-	-	-
Materiais em Depósito	3.627	-	3.627	2.909
Adiantamento a Fornecedores	3	-	3	481
<b>Total</b>	<b>6.476</b>	<b>-</b>	<b>6.476</b>	<b>5.495</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>73.335</b>	<b>(23.128)</b>	<b>50.207</b>	<b>48.298</b>



Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

#### **c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:**

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

#### **d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação**

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como despesas de depreciação e amortização no exercício de 2018 foram de R\$ 2.688.

#### **Taxas de Depreciação (%)**

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%

Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

#### e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

#### Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

	2018	2017
Encargos de Uso de Rede Elétrica	72	122
Suprimento de Energia	947	335
Materiais e Serviços	1.430	1.222
<b>Total Fornecedores</b>	<b>2.449</b>	<b>1.679</b>

#### Nota 19 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2018	2017
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	409	301
Consignação em Favor da Concessionária	23	16
Folha de Pagamento Liquida	222	-
Provisão de Férias	1.031	1.025
<b>Total Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>	<b>1.685</b>	<b>1.342</b>

#### Nota 20 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2018	2017
<b>Passivo Circulante</b>		
ICMS a Recolher	163	193
CSLL a Recolher	-	4
IRPJ a Recolher	-	3
PIS s/ Faturamento	16	15
COFINS s/ Faturamento	73	69
I.S.S.Q.N a Recolher	4	4

INSS a Recolher	6	5
PIS/COFINS a Recolher	8	5
Imposto de Renda a Recolher	3	2
Contribuição Social a Recolher	2	2
<b>Total Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>	<b>275</b>	<b>302</b>

## Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2018 não foram obtidos novos empréstimos.

	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2018	Total 2017	Total 2018	Total 2017
Banrisul Automático	809	3	TJLP + 4,9% a.a	800	780	9	818
Consórcios	0		-	-	67	-	33
<b>Total</b>	<b>809</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>800</b>	<b>847</b>	<b>9</b>	<b>851</b>

## Nota 22 – Outros Passivos Circulantes

	2018	2017
Consumidor	26	9
Outros Credores	1.944	1.104
<b>Total Passivos Circulantes</b>	<b>1.970</b>	<b>1.113</b>

### a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

### b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Compões esse grupo de contas também a destinação das sobras da AGO de 2017 que ainda não foi utilizada no projeto aprovado.

### Nota 23 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2018	Valor Estimado 2017
Trabalhistas	-	900	900	1.150
Cíveis	7	-	7	7
Fiscais	3.186	-	3.186	-
<b>Total de Contingências</b>	<b>3.193</b>	<b>900</b>	<b>4.093</b>	<b>1.157</b>

No ano de 2018 foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 3186 para suportar eventuais perdas em processos Fiscais, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.560.

### Nota 24 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2018	2017
Componentes Financeiros em Constituição	60	42
Componentes Financeiros Reconhecidos	201	111
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(100)	(56)
<b>Total Passivos Regulatórios</b>	<b>161</b>	<b>97</b>

### Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2018	2017
P&D - Empresa	77	73
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	261	245
Encargos CDE	360	273
Proinfra	84	-
Bandeiras Tarifárias	316	1.038
<b>Total Encargos Setoriais</b>	<b>1.098</b>	<b>1.629</b>

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

PEE e P&D – São valores apurados até 30 de abril de 2016, a partir de quando as permissionárias ficaram desobrigadas de novos recolhimentos a estes vinculados. A partir de maio de 2016 a cooperativa apenas registra atualizações mensais, aguardando orientação da ANEEL para destinação dos saldos.

#### **Nota 26 – Outros Credores**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	-	7
<b>Total de Outras Contas a Pagar</b>	<b>22</b>	<b>29</b>

#### **Nota 27 – Patrimônio Líquido**

##### **27.1. Capital Social**

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.648 é formado por cotas partes referente a 15.602 associados em 31 de dezembro de 2018.

##### **27.2. Natureza e Finalidade das Reservas**

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos



e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

### 27.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2018	2017
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>7.524</b>	<b>7.816</b>
<b>Destinações de Caráter Fiscal - FATES</b>	<b>187</b>	<b>268</b>
<b>Destinações de Caráter Legal Estatutário:</b>	<b>5.870</b>	<b>6.039</b>
Fundo de Reserva Legal	3.302	3.397
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	367	378
Fundo de Manutenção e Expansão	2.201	2.264
<b>Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária</b>	<b>1.467</b>	<b>1.509</b>

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

### Nota 28 – Instrumentos Financeiros

#### a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

#### b) Valor Justo

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.684	6.684	873	873
Contas a Receber	7.239	7.239	7.012	7.012
Empréstimos e Financiamentos	809	809	1.698	1.698
<b>Total</b>	<b>14.732</b>	<b>14.732</b>	<b>9.583</b>	<b>9.583</b>

### c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
<b>Ativos Financeiros:</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	6.684	-	6.684
Contas a Receber	-	7.239	-	7.239
<b>Total</b>	-	<b>13.923</b>	-	<b>13.923</b>
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Empréstimos e Financiamentos	-	809	-	809
<b>Total</b>	-	<b>809</b>	-	<b>809</b>

### d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

### Nota 29 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2018	2017
<b>Ingressos/ Receita Operacional Bruta:</b>	<b>80.092</b>	<b>59.053</b>
Fornecimento de Energia Elétrica - TE	24.475	14.113
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	32.156	33.526
Energia Não Faturada	- 26	193
Ativos e Passivos Regulatórios	925	1.504
Outras Receitas	15.657	7.212
Receita de Construção	6.905	2.505
<b>Tributos sobre Ingressos/ Receita:</b>	<b>11.200</b>	<b>9.156</b>
ICMS	10.119	8.363
COFINS	888	651
PIS	192	141
ISS	1	1
<b>Encargos do Consumidor:</b>	<b>6.317</b>	<b>6.327</b>
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	3.711	3.576
Programa Eficiência Energética - PEE	-	-

P&D	-	-
Bandeiras Tarifárias	2.474	2.631
TFSEE	132	120
<b>Total dos Tributos sobre Ingressos/ Receita e Encargos do Consumidor</b>	<b>17.517</b>	<b>15.483</b>
<b>Ingressos/Receita Operacional Líquida</b>	<b>62.575</b>	<b>43.570</b>

#### a) Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

#### Nota 30 – Custo do Serviço

<b>Custo da Energia</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.098	7.602
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	9.017	6.882
<b>TOTAL</b>	<b>24.115</b>	<b>14.484</b>

<b>Custos de Operação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pessoal	5.933	6.424
Materiais	4.116	3.385
Serviços de Terceiros	1.578	1.697
Depreciações/Amortização	2.818	2.641
Outros Custos	522	122
<b>TOTAL</b>	<b>14.967</b>	<b>14.269</b>

#### a) Custo de Construção

<b>Custo de Construção</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Custo de Construção	6.905	2.505
<b>TOTAL</b>	<b>6.905</b>	<b>2.505</b>

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

**Nota 31 – Dispêndios/Despesas**

	2018	2017
Pessoal e Administradores	2.796	2.237
Materiais	1.711	161
Serviços de Terceiros	1.448	1.679
Depreciações/Amortização	56	21
Outras despesas	4.736	1.668
<b>Total Dispêndios/Despesas</b>	<b>10.747</b>	<b>5.766</b>

**Nota 32 – Seguros:**

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

**Nota 33 – Nota Explicativa DVA:**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**Nota 34 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios****a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

## **b) Áreas Geográficas**

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



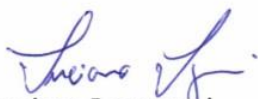
## BALANÇO SOCIAL

<b>1. BASE DE CÁLCULO</b>	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	62.575			43.570		
Resultado Operacional (RO)	6.111			6.551		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	10.835			9.971		
<b>2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	<b>R\$</b>	<b>% S/ FPB</b>	<b>% S/RL</b>	<b>R\$</b>	<b>% S/ FPB</b>	<b>% S/RL</b>
Alimentação	314	2,90%	0,50%	232	2,33%	0,53%
Plano de Saúde Funcionários	365	3,37%	0,58%	322	3,23%	0,74%
Encargos Sociais (INSS)	2.284	21,08%	3,65%	1.623	16,28%	3,73%
Seguro Vida em Grupo	50	0,46%	0,08%	56	0,56%	0,13%
Educação e Treinamento	66	0,61%	0,11%	85	0,85%	0,19%
Segurança e Medicina Trabalho	248	2,29%	0,40%	320	3,21%	0,73%
Participação Resultados	822	7,59%	1,31%	811	8,13%	1,86%
<b>TOTAL</b>	<b>4.149</b>	<b>38,29%</b>	<b>6,63%</b>	<b>3.449</b>	<b>34,59%</b>	<b>7,92%</b>
<b>3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>		<b>%S/RO</b>	<b>%/RL</b>		<b>%S/RO</b>	<b>%/RL</b>
Investimento em Veículos	124	2,03%	0,20%	448	6,84%	1,03%
Qualidade vida associados	167	2,73%	0,27%	336	5,13%	0,77%
<b>Total Cooperantes</b>	<b>291</b>	<b>4,76%</b>	<b>0,47%</b>	<b>784</b>	<b>11,96%</b>	<b>1,80%</b>
Tributos (excluído os encargos sociais)	11.201	183,29%	17,90%	7.976	121,75%	18,31%
<b>TOTAL</b>	<b>11.492</b>	<b>188,05%</b>	<b>18,37%</b>	<b>8.760</b>	<b>133,72%</b>	<b>20,11%</b>
<b>4. INDICADORES AMBIENTAIS</b>		<b>%S/RO</b>	<b>%S/RL</b>		<b>%S/RO</b>	<b>%S/RL</b>
Investimentos em programas ou projetos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL</b>						
Número de Funcionários final do período			113			121
Número de Admissões no Período			9			15
Número de Demissões			17			8
Número de Mulheres			8			12
Funcionários Deficientes			0			0
Outros			0			0
<b>6. INFORMAÇÕES RELEVANTES- CIDADANIA EMPRESARIAL</b>						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			9,5			10,6
Número Total de acidentes trabalho			3			2

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição -, CNPJ nº87.656.989/0001-74, no uso das atribuições que nos confere o Art.43 do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo em vista observações em reuniões do órgão durante o corrente exercício, constatamos que o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício encerrado em 31.12.2018, em conjunto com as demais demonstrações e notas explicativas que os acompanham, expressam adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da Cooperativa, naquela data. Nossa opinião também está baseada no Relatório dos Auditores Independentes, Nardon Nasi Auditores Independentes S/S, emitido em 21 de fevereiro de 2019, sem ressalvas. Em razão disto, recomendamos a aprovação dos mesmos pela assembleia de associados.

Ijuí (RS), 13 de março de 2019.



Luciano Lorenzoni

CPF 711.901.550-87



Clóvis Taborda Padilha

CPF 310.347.210-20



Grasiela de Siqueira Beier

CPF 960.960.040-91



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. -  
CERILUZ**

Ijuí - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ** em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e avaliar se os valores contidos no mesmo estão consistentes com as demonstrações contábeis e também com base no nosso conhecimento obtido durante a auditoria, possa haver distorções de fatos relevantes. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



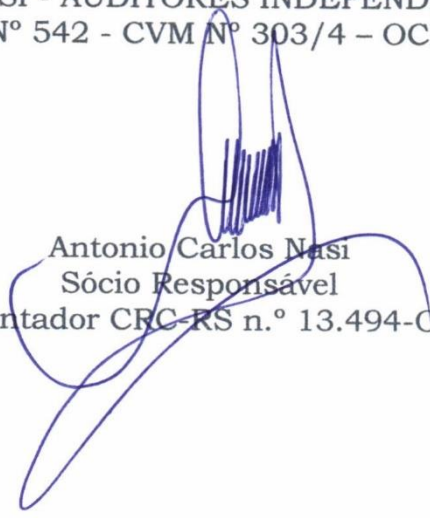
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 21 de fevereiro de 2019.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-RS N° 542 - CVM N° 303/4 – OCB N° 15



Antonio Carlos Nasi  
Sócio Responsável  
Contador CRC-RS n.º 13.494-O